Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

ACESSIBILIDADE PARA TODOS: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E EMPATIA EM GRUPO ESCOTEIRO POR MEIO DE EXTENSÃO EM ENFERMAGEM

ACCESSIBILITY FOR ALL: PROMOTING INCLUSION AND EMPATHY IN A SCOUT GROUP THROUGH NURSING EXTENSION

Amanda Rafaelly Rocha Carneiro Mota, Felipe Silva de Almeida, Kauã Venâncio de França, Rafaela Silva e Benedito, Eneida Tramontina Valente Cerqueira, Bruna Feichas Renó

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Enfermagem, Curso de Enfermagem
E-mail para contato: kf240824@alunos.unisanta.br

RESUMO – O presente trabalho discute a inclusão e a acessibilidade em suas múltiplas dimensões (visual, auditiva, locomotora, arquitetônica, comunicacional e cognitiva). Objetivou-se evidenciar os desafios cotidianos de pessoas com deficiência e promover a empatia entre jovens escoteiros em Santos/SP. A metodologia ativamente participativa utilizou oficinas e dinâmicas lúdicas adaptadas. Como resultados, destacam-se a sensibilização dos 50 participantes e o desenvolvimento de competências humanas e educacionais nos acadêmicos de Enfermagem. Conclui-se que a extensão universitária fortalece a formação cidadã e a equidade social.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação em Saúde; Enfermagem; Inclusão Social; Empatia.

ABSTRACT – This paper addresses inclusion and accessibility across multiple dimensions (visual, auditory, motor, architectural, communicational, and cognitive). The objective was to highlight daily challenges of people with disabilities and promote empathy among youth scouts in Santos/SP. Active methodology incorporated adapted workshops and educational dynamics. Results emphasize heightened awareness among 50 participants and skill development in Nursing students. University extension strengthens citizenship and social equity.

Keywords: Accessibility; Health Education; Nursing; Social Inclusion; Empathy.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito fundamental e um importante instrumento para garantir a inclusão, autonomia e participação social das pessoas com deficiência. Apesar dos avanços nas políticas públicas e nas discussões sobre inclusão, ainda existem muitas barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais presentes no cotidiano, o que evidencia a necessidade contínua de ações educativas voltadas à conscientização da sociedade, especialmente entre crianças e jovens.

No plano normativo, a acessibilidade é reconhecida como condição para o exercício de direitos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional por meio do Decreto nº6.949/2009, e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que define barreira como todo entrave que limite a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais. Sassaki (2009) amplia essa compreensão ao propor seis dimensões de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), demonstrando que a inclusão não se resolve apenas por adaptações físicas do ambiente. A magnitude social do tema é confirmada pelos dados nacionais: segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, 17,3 milhões de brasileiros com dois anos ou mais de idade, o equivalente a 8,4% dessa população, apresentavam ao menos uma das deficiências investigadas (IBGE, 2021).

Considerando esse cenário, estudantes do curso de graduação em Enfermagem desenvolveram um projeto de extensão extracurricular direcionado a um grupo de jovens escoteiros, com a finalidade de promover reflexões e experiências relacionadas à acessibilidade em suas diferentes formas. A proposta teve como foco estimular a empatia, o respeito às diferenças e a compreensão sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais.

As atividades foram conduzidas por meio de dinâmicas práticas e interativas, permitindo que os participantes vivenciassem situações relacionadas à acessibilidade visual, auditiva, locomotora, arquitetônica e cognitiva/comunicacional. A metodologia utilizada buscou aproximar

ISSN 2317-1316

os jovens da realidade de pessoas com deficiência, incentivando a percepção crítica sobre a importância de ambientes acessíveis, comunicação inclusiva e atitudes acolhedoras.

Do ponto de vista pedagógico, a proposta apoia-se na concepção dialógica de educação formulada por Freire (1987), para quem o conhecimento se constrói na relação horizontal entre educador e educando, e não na transmissão vertical de conteúdos. Essa perspectiva converge com o entendimento de Mantoan (2003), segundo o qual a inclusão exige a transformação das práticas, dos valores e das atitudes do meio, e não a adaptação do sujeito às estruturas já existentes. A simulação de situações de restrição sensorial e motora funciona, nesse contexto, como recurso de sensibilização que aproxima o participante da experiência do outro e favorece o enfrentamento das barreiras atitudinais, apontadas por Sassaki (2009) como as mais persistentes entre todas as dimensões da acessibilidade.

A proposta do projeto "Acessibilidade para Todos" alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no tocante ao ODS 4 (Educação de Qualidade), que assegura uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), voltado à promoção da inclusão social de todos, independentemente de suas capacidades ou deficiências.

Tais metas integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2015, que estabelece a educação inclusiva e equitativa e a redução das desigualdades como compromissos assumidos pelos Estados signatários (ONU, 2015).

Além do impacto educativo junto aos escoteiros, o projeto representou uma relevante experiência de formação para os acadêmicos de Enfermagem, possibilitando o desenvolvimento de competências relacionadas à educação em saúde, comunicação, trabalho em equipe e atuação comunitária. A vivência extensionista fortaleceu a relação entre universidade e comunidade, reafirmando o compromisso social da formação em Enfermagem com a promoção da inclusão, da cidadania e do cuidado humanizado.

A extensão universitária constitui, nesse cenário, processo interdisciplinar e político-pedagógico que promove a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da

ISSN 2317-1316

sociedade (FORPROEX, 2012), diretriz posteriormente incorporada à normativa federal pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determina a destinação de, no mínimo, dez por cento da carga horária curricular dos cursos de graduação às atividades extensionistas. No campo específico da Enfermagem, a Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2026, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e revogou a Resolução CNE/CES nº 3/2001, reafirma a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a formação humanista, ética, crítica e interprofissional do enfermeiro. A literatura da área demonstra, contudo, que a atenção à saúde da pessoa com deficiência ainda ocupa espaço reduzido nos projetos pedagógicos dos cursos da área da saúde (Assunção et al., 2020) e que as barreiras percebidas pelos próprios estudantes de Enfermagem permanecem significativas (Faro; Gusmai, 2013), o que justifica a realização de iniciativas extensionistas voltadas ao tema.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo geral relatar e analisar a experiência do projeto de extensão “Acessibilidade para Todos”, desenvolvido por acadêmicos de Enfermagem junto a um grupo de jovens escoteiros do município de Santos/SP, discutindo seus resultados à luz da produção científica sobre acessibilidade, inclusão e formação em saúde. Constituem objetivos específicos: descrever a metodologia ativa empregada nas estações temáticas de sensibilização; analisar as percepções manifestadas pelos participantes quanto às diferentes dimensões da acessibilidade; e discutir as contribuições da vivência extensionista para o desenvolvimento de competências educativas, comunicacionais e éticas nos acadêmicos de Enfermagem.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de ação de extensão extracurricular desenvolvida por acadêmicos do curso de Enfermagem da Universidade Santa Cecília (UNISANTA). A intervenção foi realizada com o objetivo de promover a conscientização sobre acessibilidade e inclusão social junto a um grupo de jovens escoteiros do 11º Grupo Escoteiro do Mar Carmo, localizado no município de Santos/SP.

ISSN 2317-1316

Inicialmente, realizou-se reunião de planejamento entre os acadêmicos extensionistas e o docente orientador para definição de objetivos, planejamento pedagógico e organização do cronograma. Posteriormente, estabeleceu-se contato com os responsáveis pelo grupo escoteiro para alinhamento das necessidades do público participante e adequação do espaço físico.

A ação foi executada em encontro presencial no dia 11 de abril de 2026, contando com a participação de 50 escoteiros com faixa etária entre 11 e 14 anos. A metodologia fundamentou-se em diretrizes da União dos Escoteiros do Brasil (UEB - Região São Paulo) e em estratégias de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, organizando as dinâmicas em cinco estações temáticas simultâneas:

a. Estação 1 – Acessibilidade Visual: participantes foram vendados e guiados por colegas em trajetos com obstáculos simples, visando estimular a confiança e a percepção sensorial.

b. Estação 2 – Acessibilidade Locomotora: simulação de deslocamentos com restrição de movimentos para reflexão sobre barreiras arquitetônicas urbanas e espaciais.

c. Estação 3 – Acessibilidade Auditiva e Comunicacional: realização de interações sem o uso de comunicação verbal, enfatizando a importância da Libras e de estratégias não verbais de comunicação.

d. Estação 4 – Acessibilidade Atitudinal: roda de conversa reflexiva sobre preconceito, empatia, respeito às diferenças e desconstrução de estigmas.

e. Estação 5 – Acessibilidade Arquitetônica e Direitos: apresentação dialogada sobre legislações vigentes (como a Lei Brasileira de Inclusão) e adaptações estruturais necessárias no ambiente público e privado.

Foram utilizados materiais simples e de baixo custo, incluindo vendas para os olhos, cadeiras de apoio, cones de sinalização, cartazes educativos e recursos visuais explicativos. A cronologia das atividades desenvolvidas durante o evento está detalhada na Tabela 1.

ISSN 2317-1316

Tabela 1 – Programação cronológica das atividades desenvolvidas na ação extensionista.

Horário	**Atividade Desenvolvida**
08:00 – 09:00	Cerimônia de abertura e divisão das equipes nas estações
09:00 – 09:25	Rodada 01 de atividades nas estações temáticas
09:25 – 09:50	Rodada 02 de atividades nas estações temáticas
09:50 – 10:20	Lanche e momento de integração
10:20 – 10:45	Rodada 03 de atividades nas estações temáticas
10:45 – 11:10	Rodada 04 de atividades nas estações temáticas
11:10 – 11:35	Rodada 05 de atividades nas estações temáticas
11:40 – 11:50	Roda de conversa final e cerimônia de encerramento

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação extensionista alcançou resultados altamente expressivos, impactando diretamente 50 jovens escoteiros e permitindo a consolidação de conhecimentos sobre acessibilidade, direito e inclusão social. As vivências práticas proporcionaram momentos de sensibilização profunda, nos quais os participantes puderam relatar a percepção sobre as dificuldades diárias enfrentadas por pessoas com deficiência física, sensorial e comunicacional.

Os achados dialogam com a produção científica sobre extensão universitária na área da saúde. Santos et al. (2018), ao relatarem programa de educação desenvolvido por acadêmicos de Enfermagem junto a pessoas com deficiência, identificaram que a convivência direta com esse público permitiu aos estudantes reconhecer dificuldades até então invisíveis e ressignificar o cuidado, resultado convergente com o observado na presente ação. Na mesma direção, Assunção et al. (2020) advertem que práticas pontuais e exclusivamente expositivas tendem a produzir efeito limitado sobre atitudes, ao passo que o contato direto e a vivência prática se mostram mais eficazes

ISSN 2317-1316

na modificação de paradigmas, o que reforça a pertinência da opção metodológica pelas estações simuladas.

Verificou-se engajamento e participação ativa dos escoteiros em todas as estações propostas. Durante a dinâmica de acessibilidade visual, por exemplo, os relatos dos participantes destacaram o sentimento de vulnerabilidade e a relevância da confiança e da comunicação clara ao guiar uma pessoa cega ou com baixa visão. Na estação de acessibilidade auditiva, observou-se o reconhecimento da necessidade de aprender linguagens inclusivas e formas alternativas de expressão.

A ênfase atribuída pelos participantes à confiança e à clareza comunicacional confirma o peso das barreiras atitudinais e comunicacionais descritas por Sassaki (2009), frequentemente subestimadas em relação às barreiras arquitetônicas. Faro e Gusmai (2013), em estudo realizado com estudantes de graduação em Enfermagem, verificaram que as barreiras arquitetônicas foram as mais citadas pelos respondentes, seguidas das pedagógicas, o que evidencia a tendência de associar a acessibilidade sobretudo à estrutura física. A vivência aqui relatada procurou deslocar essa percepção, colocando em evidência dimensões menos visíveis, como a comunicacional e a atitudinal. Registre-se, ainda, que a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 apurou que apenas 22,4% das pessoas de 5 a 40 anos de idade com deficiência auditiva conheciam a Língua Brasileira de Sinais (IBGE, 2021), dado que dimensiona o desafio comunicacional trabalhado na estação correspondente.

No âmbito da formação acadêmica em Enfermagem, a intervenção possibilitou o exercício prático de competências essenciais preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais como liderança, trabalho em equipe, raciocínio pedagógico, empatia e comunicação em saúde. Os estudantes atuaram como facilitadores do conhecimento, adaptando conceitos técnico-científicos para uma linguagem acessível e dinâmica, adequada ao público infantojuvenil.

Esse exercício encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Enfermagem, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 1/2026, que reforçam a formação humanista, ética, crítica e interprofissional e a inserção do estudante em cenários reais de

ISSN 2317-1316

prática desde o início da graduação. Assunção et al. (2020), ao analisarem os projetos pedagógicos de oito cursos da área da saúde, concluíram que a atenção à saúde da pessoa com deficiência não se encontra assegurada de forma integral na formação inicial, lacuna que atividades extensionistas como a aqui descrita contribuem para reduzir.

A experiência reforçou a dimensão do enfermeiro como um educador social, cuja prática extravasa os limites do ambiente hospitalar e clínico, promovendo saúde e cidadania na comunidade. A integração entre a universidade e a comunidade escoteira evidenciou o papel transformador da extensão universitária em consonância com as diretrizes de responsabilidade social e inclusão da UNISANTA.

A articulação entre universidade e comunidade observada nesta experiência materializa a concepção de extensão como processo formativo e de transformação social sustentada pelo FORPROEX (2012) e acolhida pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Freire (1987) já advertia que ninguém educa ninguém e que os sujeitos se educam entre si, mediatizados pelo mundo, princípio verificável no protagonismo assumido pelos próprios escoteiros durante as dinâmicas, quando passaram de receptores a condutores da experiência dos colegas. Mantoan (2003), por sua vez, sustenta que a construção de uma sociedade inclusiva depende menos de medidas compensatórias e mais da mudança de valores e atitudes, processo que se inicia na infância e na juventude, precisamente a faixa etária alcançada pela presente ação.

4 CONCLUSÃO

O projeto de extensão “Acessibilidade para Todos” cumpriu integralmente seus objetivos ao promover a conscientização e a reflexão sobre a inclusão social junto ao público infantojuvenil, superando a mera transmissão teórica por meio da vivência prática e da empatia.

A ação demonstrou a relevância de abordar a acessibilidade em suas múltiplas vertentes no processo de formação de cidadãos mais conscientes e sensíveis às necessidades do próximo. Para os acadêmicos de Enfermagem, a experiência representou um marco significativo no desenvolvimento profissional e na compreensão do papel do enfermeiro na educação em saúde e

ISSN 2317-1316

na articulação comunitária.

Recomenda-se a continuidade e a expansão de iniciativas semelhantes em projetos futuros, integrando diferentes públicos comunitários e fortalecendo parcerias interdisciplinares voltadas à garantia dos direitos humanos, da equidade e da construção de uma sociedade genuinamente inclusiva.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declara-se que foram utilizadas as ferramentas de inteligência artificial generativa ChatGPT, Google Gemini e NotebookLM na etapa de revisão do texto, com a finalidade de apoio à revisão gramatical, à padronização da linguagem e à adequação da formatação às normas do 18º Cobric. A concepção do estudo, a busca e a seleção dos artigos, a análise dos dados, a redação do conteúdo científico e a conferência das referências foram realizadas integralmente pelas autoras, que assumem a responsabilidade intelectual, ética e legal pela veracidade, pela originalidade e pela precisão do texto**.**

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSUNÇÃO, Marhla Laiane de Brito; ANACLETO, Francis Natally de Almeida; MISSIAS-MOREIRA, Ramon; FERREIRA NETO, Albertino José; BEDOR, Cheila Nataly Galindo. Atendimento em saúde à pessoa com deficiência e a formação inicial do profissional de saúde: o que há entre nós? Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 2, p. 327-342, abr./jun. 2020. DOI: 10.1590/s1413-65382620000100008.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 02 set. 2026.

ISSN 2317-1316

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2026. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, bacharelado e licenciatura. Brasília, DF: MEC/CNE, 2026.

FARO, Ana Cristina Mancussi e; GUSMAI, Luana de Fátima. Educação inclusiva em enfermagem: análise das necessidades de estudantes. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 229-234, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. (Coleção Extensão Universitária, v. 7).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de saúde 2019: ciclos de vida: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ISSN 2317-1316

PAIVA, Maria de Lourdes Leite et al. Jogos cooperativos de inclusão bilíngue: estratégias de acessibilidade comunicacional na escola de ensino regular para alunos com surdez. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44748. Acesso em: 02 set. 2026.

PEDAGOGIA 365. Aprendendo a se colocar no lugar do outro: atividades para a empatia e a inclusão. Disponível em: https://pedagogia365.com.br/aprendendo-a-se-colocar-no-lugar-do-outro-atividades-para-a-empatia-e-a-inclusao/. Acesso em: 02 set. 2026.

SANTOS, Luana Escobar dos; SCHNEIDER, Fabiéli Vargas Muniz; FREITAG, Vera Lucia; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos. Vivências acadêmicas em programa de educação na rede de atenção a pessoas com deficiência. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-6, abr./jun. 2018. DOI: 10.5020/18061230.2018.6865.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.